

Relatoria LACIGF 12

Título da sessão: Sessão 10 – Segurança cibernética e defesa cibernética: Realidade atual e como tornar nossas sociedades mais resilientes para o futuro

Resumo da sessão:

A sessão 10, moderada por **Ernesto Bojórquez (LACTLD, México)**, tratou sobre a cibersegurança e ciberdefesa. Ernesto propôs uma breve reflexão sobre como o mundo se converteu em um cibernundo e como a segurança se converteu em cibersegurança; posteriormente leu três perguntas, que foram respondidas pelos painelistas:

1. Qual é o maior avanço, retrocesso ou dificuldade da cibersegurança na América Latina?
2. Quais esforços estão sendo feitos na região para desenvolver boas práticas de cibersegurança?
3. Que tipo de cooperação está sendo realizada na região ou em seus países acerca de defesa cibernética?

A primeira a responder foi **Maryleana Mendez (ASIET, Costa Rica)**. Ela destacou que a segurança cibernética é muito complexa, havendo uma escassez de especialistas e que o custo do delito cibernético chega aos \$ 600 milhões. Também disse que os ataques cresceram em número e grau de sofisticação, destacando que o dispositivo do usuário é o que precisa de mais investimento, porque a falta de educação digital permite várias falhas, sendo o ponto mais frágil da cadeia. É necessário ensinar como não se tornar vítima ou possível fonte de ataque.

Lía Solís (ISOC Bolivia, Bolivia) respondeu à segunda pergunta, depois de uma breve explicação sobre a ISOC e seus objetivos. Ela mostrou o plano de ação para 2019, que se divide em quatro pontos, os quais estão diretamente ligados à sessão: melhorar a segurança técnica; gerar confiança através da criação de boas práticas, padrões de tabelas de roteamento; criação e adoção do MANRS (*Mutually Agreed Norms for Routing Security*), um projeto que aponta ações defensivas para reduzir ameaças ao roteamento.

Carlos Guerrero (Hiperderecho, Peru) começou sua apresentação falando de John Perry Barlow, e da declaração de independência do ciberespaço, de 1996 na cidade de Davos. A citação foi utilizada para explicar a situação da Internet e a posição do governos naquela época. Depois, afirmou que hoje seria impossível dizer que o Estado não deve regular o que ocorre na Internet. Neste preâmbulo, pontuou que a cibersegurança é uma preocupação relativamente recente na América Latina e no Caribe; não obstante, têm-se desenvolvidos projetos interessante, em consequência do apoio de entes como a OEA e o BID. Carlos distinguiu ciberdefesa e cibersegurança, atentando que o último trata sobre a segurança das pessoas e dos possíveis ataques que possam sofrer. Portanto, é necessário determinar as práticas seguras que possam ser empregadas ou aprendidas, para se articular melhor no ambiente digital. Ele afirmou que atualmente os governos, o setor privado e a sociedade civil estão mantendo uma discussão, que envolve a cibersegurança, por sua vez, isso gera uma

conexão em como se implementam os planos de cibersegurança, através da aquisição de tecnologia e capacitações.

Lorena Naranjo (DINARDAP, Equador) iniciou sua apresentação citando um índice de segurança global para as Américas, onde existe cinco pilares de avaliação: âmbito jurídico; âmbito técnico; âmbito organizacional; âmbito de capacitação; e âmbito de cooperação. Este índice permite ver como estamos na região em temas de cibersegurança. Em seguida, comentou que o Uruguai é o único país na região que cumpre critérios adequados de cibersegurança. Ela mencionou a dificuldade em fazer parte do convênio de Budapeste e o que isso representa para promover cooperação. Enfatizou que não há pessoal capacitado em temas de cibersegurança. Ainda assim, há avanços importantes como, por exemplo, o fato que já existam planos ou estratégias de cibersegurança em dez países da região. Por exemplo, no Equador estão trabalhando em uma estratégia chamada Equador Digital, que estabelece a conectividade, a segurança e a dinâmica econômica como seus pilares fundamentais. Trata-se de uma visão integral, na qual o ser humano é o centro da cibersegurança e onde se conjugam visões distintas. Isso é importante porque o conceito de segurança mudou, já não se fala apenas de segurança estatal ou territorial, mas de um conceito de segurança para as pessoas, na qual os Direitos Humanos são o centro.

Outputs e outros links relevantes:

Sessão completa em: <https://youtu.be/fIN3dDH7Fzi>

Por: Carlos David Carrasco Muro (Observatorio del Gasto Fiscal, Chile), Matheus Figueiredo Lima (UNICURITIBA, Brasil)

Traduzido por: Luis Gustavo de Souza Azevedo (UFAC, Brasil)

Revisado por: Verónica Arroyo (Access Now, Perú)

Coordenação e edição: Nathalia Sautchuk Patrício (NIC.br, Brasil) e Guilherme Alves (Youth Observatory, Brasil)